

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

Um movimento social emergente [an emerging social movement]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Fülgraf, Frederico
Publisher	Koinonia
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-06-12 07:58:51
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/223301

Um movimento social emergente

Frederico Füllgraf

No contexto latino-americano, o Brasil desponta como o país onde o protesto contra a depredação e onde as práticas ecoambientalistas que se opõem ao ecocídio, encontram-se em estágio mais desenvolvido, como reconhecem os observadores dos países que nos circundam.

Mas, a explicação desta louvável tomada de consciência sobre a questão ecológica não reside na diferença cultural, definindo a brasilidade como "mais sensível" no trato com a Natureza.

Ao contrário: a nova consciência ecológica é fruto do caráter predatório do capitalismo que se instalou no Brasil e que agride com idêntica selvageria tanto ao trabalhador como aos ecossistemas — ambos degradados à categoria de "matéria prima" na produção de riquezas.

O projeto "Calha Norte", a liquidação judicial das leis estaduais de agrotóxicos ou fito-sanitários (primeiro no Rio Grande do Sul, e agora o cartel do veneno investe contra o Paraná) e a retomada das obras das usinas nucleares de Angra 2 e 3, reafirmam a tendência velho-republicana à devastação.

A "nova" república não hesita em desconstituir a pátria amada até a erosão do último penhasco, de onde não veremos mais país nenhum.

Parece que, a cada dia, a tecnocracia estatal e a volúpia acumulacionista voltam a inspirar-se na máxima dantesca: "Segui il tuo corso e lascia dir le gente". Discurso autoritário e excludente, porque em nenhuma destas investidas do "desenvolvimento" contra a Natureza, os brasileiros são consultados se desejam viver no Inferno.

Cenários da devastação

Este inferno não é apenas uma referência emprestada dos "Cantos" de Dante nem uma paranóia dark/apocalíptica — o inferno é real e avança assustadoramente.

Senão, o que dizer dos 56 km² de mata virgem devastados diariamente na Amazônia?

— O que dizer da redução da expectativa de vida em virtude dos altos índices de poluição do ar e da água no "Vale da Morte", cujo epicentro canceroso

é Cubatão?

— Que credibilidade têm os "estados de alarma" decretados pela Cetesb durante os períodos de inversão térmica, quando na verdade a poluição do ar da grande São Paulo chega a atingir índices de emergência, ameaçando seriamente a saúde pública?

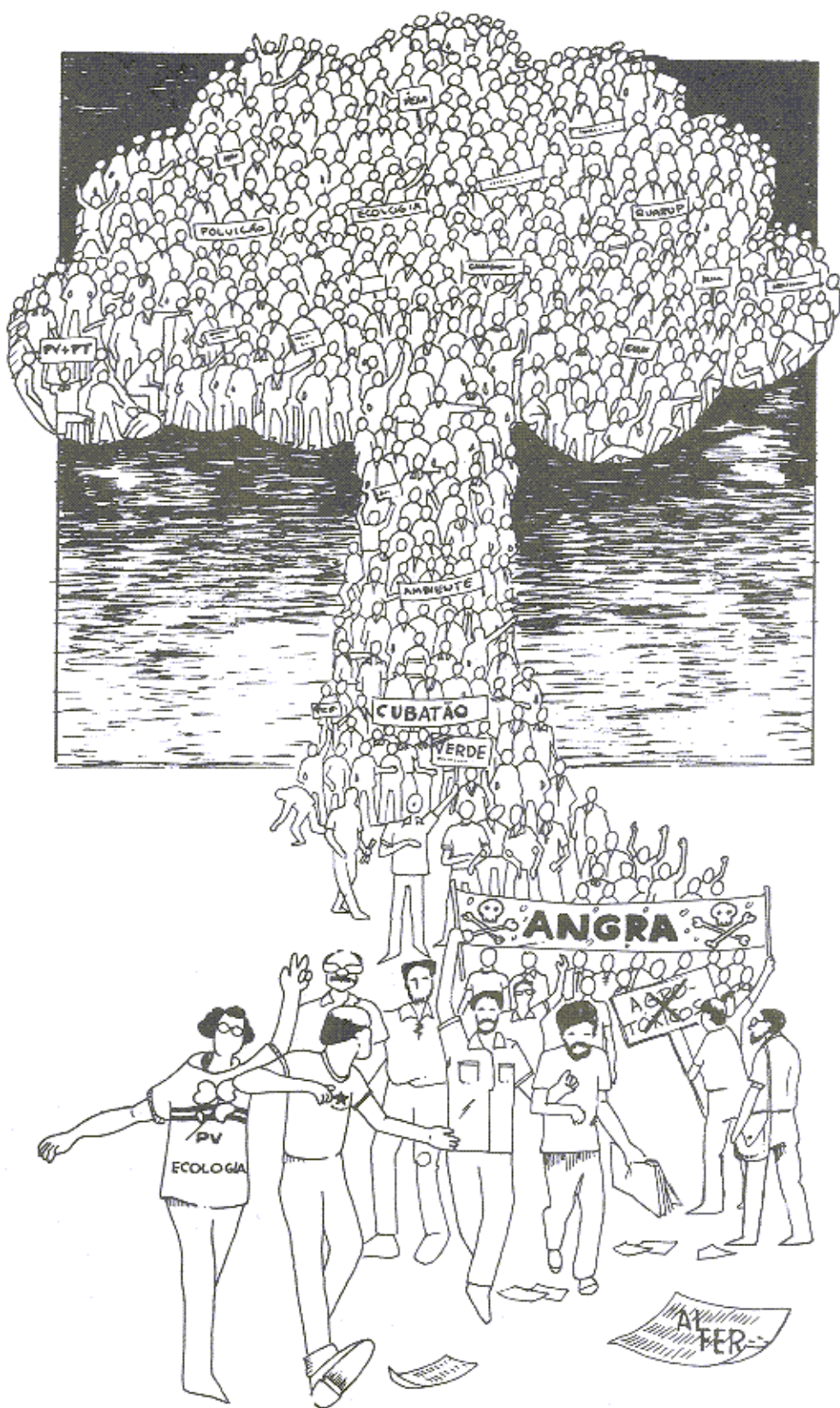
— Os sindicalistas brasileiros têm conhecimento da mobilização iniciada no final dos anos 70 pela CISL — Confederação Internacional dos Sindicatos Livres — com vistas à defesa da saúde dos trabalhadores nas minas e produção de elementos pré-fabricados na base de asbesto ou amianto, comprovadamente cancerígeno?

Nas plantações das monoculturas da soja, da cana e do algodão, continuam a morrer, anualmente, mais de 50 peões e pequenos agricultores durante a manipulação e a pulverização de agrotóxicos, em cada um dos estados agrícolas do sul brasileiro. A indústria agroquímica, encabeçada por um poderoso cartel de empresas transnacionais (Bayer, Hoechst, Dow, Ciba-Geigy, Monsanto, Shell, ICI, Rohm & Haas e outras), que no Brasil se faz representar pela Andef, instituiu, como em todo o mundo, eufe-

mismos tais como "defensivo agrícola", pretendendo com isso sugerir que seus produtos não são veneno, bastando apenas que dele se faça "uso adequado". Isto quer dizer que, no Brasil, a regra é o uso "inadequado". O setor agroquímico não se cansa de apontar a falta de conhecimentos, de capacitação e treinamento dos agricultores brasileiros como as principais causas de intoxicações. Paradoxalmente, a indústria química só começou a admitir estes déficits mais de 20 anos após a arrancada da "revolução verde", que instituiu o atual modelo agrícola, tendo como um de seus principais ingredientes a injeção maciça de insumos químicos. Desde então, centenas de peões e agricultores morreram, mas não se tem conhecimento de nenhum processo movido pelas vítimas contra os produtores de agrotóxicos. Inversamente, a justiça brasileira culpabiliza os que pretendem reverter o quadro a favor das vítimas, e acolhe favoravelmente ações movidas pelos réus. É este o caso do Supremo Tribunal de Recursos — STR — que declarou "inconstitucional" a lei de agrotóxicos do estado do Rio Grande do Sul (aprovada com os votos do PDS antes do governo de Jair Soares), acatando argumento e peça acusatória da Andef, que, nesta lei, viu feridos os seus interesses econômicos. O mesmo ameaça ocorrer no Paraná, cujos tribunais resolveram deferir positivamente outro processo da Andef contra a lei de agrotóxicos daquele estado, considerada a mais perfeita do ponto de vista ecológico. A lei paranaense, que visa banir da agricultura agrotóxicos organoclorados de qualquer espécie, em virtude de seu efeito cancerígeno através da acumulação no tecido adiposo humano e animal, tem sido louvada por organismos da ONU. Com o que está provado que, o que é bom para a ONU, não é bom para o Brasil...

Ecologia — uma questão de cidadania

Sem dúvida nenhuma, foi no hinterland agrícola do país, que irromperam os primeiros atos de resistência ambientalista, já que o modelo predatório começou a solapar a sua própria base econômica. A devastação em menos de 30 anos das florestas nativas de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e a instituição das monoculturas, agrediram violentamente os solos, provocando a erosão e o assoreamento dos rios. O ciclo da devastação começou então a fechar-se com períodos de estiagens prolongadas ou de



chuvas torrenciais, e as cada vez mais frequentes enchentes e seus desdobramentos sociais, que o Brasil passou a conhecer com a literal submersão dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul em 1982.

Neste contexto de devastação e redução da qualidade de vida, agravada com a contaminação dos recursos naturais e a poluição de alimentos, o conservacionismo tradicional — de ação e ótica localizadas, mas não globais — passou a ceder terreno ao ecologismo político, isto é, a entidades (associações, grupos, movimentos) que compreendiam a necessidade de uma intervenção política organizada. Foi o caso da participação de entidades na elaboração do texto das leis estaduais de agrotóxicos do Rio Grande do Sul e do Paraná. Na luta contra a construção de barragens e hidrelétricas, pela defesa e o tombamento da Serra do Mar (entre Paraná e São Paulo), contra a instalação de indústrias poluidoras (em Antonina, PR, acaba de ser realizado um plebiscito vitorioso), manifesta-se não apenas o zelo preservacionista (que por si só é uma atitude positiva), mas, principalmente, a afirmação da cidadania — dimensão e prática de direitos democráticos só vividos durante as grandes greves de trabalhadores.

Depois de quase uma década de atividades localizadas, mas também de ações espetaculares como o "Quarup Sete Quedas", acampamento de aproximadamente 4 mil ecologistas de todo o Brasil, que em 1982 ocuparam simbolicamente as Sete Quedas hoje submersas pela hidrelétrica de Itaipu, o nascimento do "Hiroshima Nunca Mais" (jornada anual contra as usinas nucleares de Angra dos Reis), a comemoração militante e ativa da Semana do Meio Ambiente (primeira semana de junho de cada ano), as manifestações pacifistas (promovidas por grupos religiosos, ecologistas e artistas, como, por exemplo, o "Quarup da Paz", de outubro de 1986, no Rio de Janeiro), trouxeram à cena um novo movimento social.

A campanha eleitoral de 1986 para a Constituinte, finalmente, produziu o esperado imbricamento do ecologismo de origem rural com o protesto ecológico urbano de São Paulo e Rio de Janeiro, culminando com a criação da Ciec — Coordenação Interestadual dos Ecologistas pela Constituinte — que, pretendendo, como sugere o nome, coordenar, a nível nacional, uma "lista verde" de candidaturas naturais e aliadas do movimento. A despeito de todos os déficits com vistas à organização, disponibilidade de recursos financeiros e a falta de quadros políticos experientes, o eco-

gismo político elegeu o deputado estadual Carlos Minc (PT/PV-RJ) e conseguiu ampliar consideravelmente seus espaços em vários estados brasileiros.

O Verde — partido ou movimento?

A campanha eleitoral de 1986 não deixou de trazer à cena um novo elemento para a discussão ecologista: há condições maduras e há espaço para a criação de um Partido Verde (PV) no Brasil? A despeito da iniciativa carioca, encabeçada pela campanha de Fernando Gabeira ao governo estadual do Rio de Janeiro, o movimento ecologista continua dividido sobre a conveniência de um PV. Deixando de lado os setores conservacionistas (porque estes já se haviam posto de lado, "exilando-se" do debate político-ideológico), a discussão em torno da questão partidária hoje está polarizada entre setores ecologistas identificados com o Partido dos Trabalhadores (PT) e independentes de um lado, e do outro, o núcleo pevista, que se aferrou a uma aliança (erroneamente caracterizada de "coligação") com o PT, partido do qual desconfia, mas que lhe serve de "cavalo", a exemplo da campanha eleitoral de 1986 no Rio de Janeiro. Por outro lado, o "jôquei" PV conduziu o PT ao páreo vitorioso das eleições proporcionais cariocas. A troca de favores rendeu dividendos positivos a ambas as partes do acordo. Este acordo, entretanto, dificilmente se reproduzirá pelo Brasil afora, em vista dos condicionamentos locais e regionais diferentes do Rio de Janeiro.

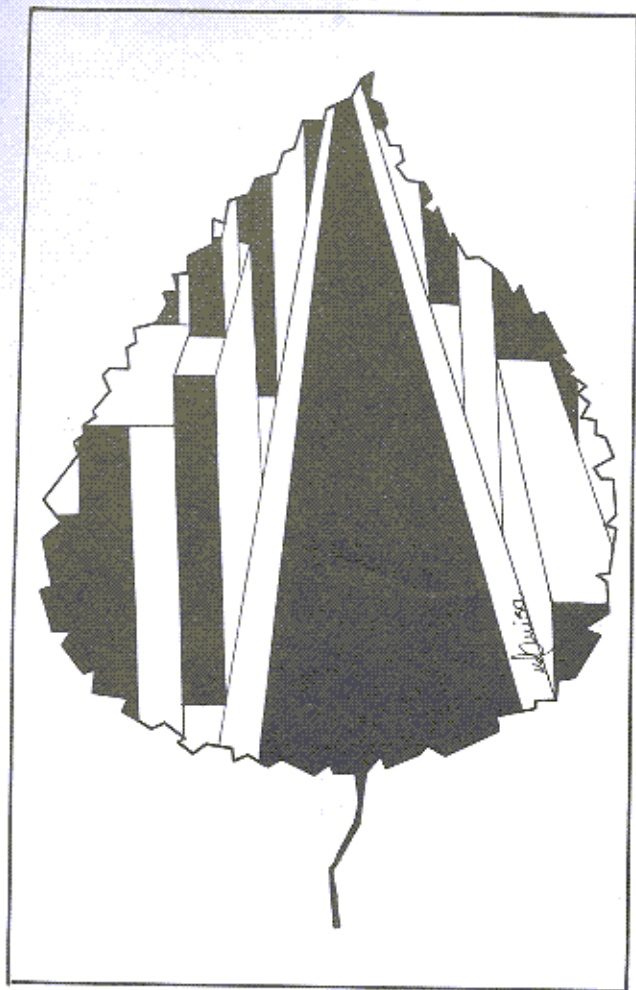
Neste quadro, ou o PT abre espaço ao debate e às propostas ecologistas, co-

mo no caso da resolução de 1985 condenando o uso dos agrotóxicos no Brasil, estimulando o fortalecimento de um vigoroso movimento social ecologista, autônomo em relação aos partidos políticos e independente do Estado, ou as lideranças das entidades ainda identificados com o PT, mas temerosos de sua marginalização, debandarão para o PV ou para a militância à frente de entidades. Movimento social emergente, o ecologismo brasileiro tem de assumir sua maioria política, ao aprofundar sua prática, buscar formas de autofinanciamento, capacitar e treinar seus militantes, ousar intervir de forma organizada nas decisões relacionadas com a cidadania. Esta foi a trajetória do ecologismo político alemão até a criação d'os verdes (Die Grünen) sempre tão lembrados e reverenciados em um debate que envolve realidades e critérios francamente pouco semelhantes aos da República Federal da Alemanha.

Se a dengue é a "radiatividade dos pobres", nem por isso Chernobyl deixou de produzir efeitos no Brasil: quem mais ingeriu leite em pó radiativamente contaminado com Césio 134, foram as crianças do ABC paulista. O desafio à compreensão colocado pelo ecologismo político aos movimentos sociais no Brasil, é: nossa identidade se produz ao reconhecermos a necessidade da luta simultânea contra as causas do subdesenvolvimento social e os efeitos do hiperdesenvolvimento tecnológico — seu tronco comum chama-se entropia.

Frederico Füllgraf é cineasta (*Desapropriado, Quarup Sete Quedas, Dose Diária Aceitável*), consultor de Vídeo do CEDI e pesquisador em Ecologia.





Ecologia e saúde

Sebastião Pinheiro

Quando pensamos em saúde, imediatamente, somos obrigados a pensar em um corpo. Observe-se que, também, figurativamente, usamos o termo "saúde política" ou "saúde econômica" em referência à saúde do governo (organismo). Consideramos o termo saúde subjetivo, substituí-lo por um outro que lhe desse abrangência objetiva, a fim de comparação, talvez o termo "equilíbrio" fosse mais foruito. Equilíbrio de uma glândula, das glândulas, do órgão, do organismo e os organismos que compõem o corpo nos dá a sensação objetiva de saúde, ao contrário, e, ao mesmo tempo, fica evidente que desequilíbrio gera doenças ou vetores de doenças.

O que é ecologia? Segundo os dicionários: 1º) estudo das relações entre os seres vivos e o meio ambiente em que vivem, bem como as recíprocas influências; 2º) ecologia é também ou pode ser definida como, "estudo dos ecossistemas"; ou ainda, 3º) "estudo do desenvolvimento das comunidades humanas em relação com o meio ambiente". Nas conceituações acima, vemos que o ser e o

ambiente estão interligados, individual e coletivamente, através da população, comunidade e, por conseguinte, da sociedade, logo uma alteração ambiental acarretará, obrigatoriamente, uma alteração sobre o indivíduo, a população, a comunidade, ou seja, sobre a saúde individual-comunitária de toda a sociedade.

Saúde do ambiente

Se alguém perguntasse se há relação entre saúde e erosão do solo, nós, prontamente, rememoraríamos a Grécia Democrática, onde a erosão do solo destruiu a agricultura, que levou à fome e decadência e, por fim, à destruição da cultura grega. Agora, se a colocação fosse se há relação entre saúde e tecnologia, retornaríamos ao Fértil Crescente, onde técnicas de irrigação, inadequadas a longo prazo, trouxeram a salinização do solo, que se transformou num imenso deserto (Iraque).

Por fim, apresentamos um exemplo

sobre a perda da saúde do indivíduo e suas conseqüências: "enquanto o solo da Primeira Democracia era levado para o mar, Fértil Crescente salinizado na primeira república (Roma), construiu-se a primeira cidade de mais de um milhão de habitantes, com, evidentemente, a maior cloaca do mundo. Os brilhantes engenheiros romanos levavam o lixo e os esgotos para dentro dos canais d'água aos subúrbios, e ao mesmo tempo, os cadáveres da plebe eram enterados do lado de fora dos muros da cidade. Roma tornou-se uma metrópole fedorenta, assolada por pestes e, segundo um historiador, atingiu o mais baixo grau em instalações sanitárias e em higiene, nunca visto nas mais primitivas comunidades". Os romanos tiveram sua saúde destruída lenta e gradualmente através das gerações, por algo invisível, insípido, inodoro e, também, para a época imensurável. Ao descobrirem os efeitos nefastos do zinabre das vasilhas de cobre sobre a saúde humana, os cidadãos prudentes substituíram suas baixelas (taças, facas, pratos etc.) por peças de estanho, que trazia uma impureza em pequeníssimas quantidades, o

chumbo, que era solubilizado pela acidez dos alimentos e vinho romano. Esta contaminação (saturnismo) é apontada como uma das principais causas da decadência e destruição do Império Romano, através de seus sintomas típicos: irritação, estupidez, agressividade etc.

Ambiente da saúde

No século 14, o rei Eduardo 1º, devido ao ar de Londres no inverno ficar poluído pela fumaça das chaminés, por causa da inversão térmica, proibiu a queima de carvão mineral, que aquecia as residências mas empestava o ar da cidade. Os infratores de tal edito seriam condenados à morte. Isto ocorreu em 1322. Não foram os congelamentos e as decapitações que aniquilaram a corte ou a população, mas foi a falta de higiene que matou um terço da população europeia através das pestes. Estamos tratando de ecologia e saúde simultaneamente! Poderíamos restringir tudo a uma pequena frase: *ecologia e saúde estão direta e intimamente relacionadas*, pois uma é causa e a outra efeito, uma o organismo e a outra seu estado, sendo as inversas também válidas. Mas não podemos terminar aqui, faltam ainda alguns elementos nesta nossa relação de causa-efeito.

Ecologia, saúde e economia

Herman Daly em seu livro *A Economia do Século 21* após um pensamento de Chesterton: "Não há nada à frente a não ser a planície selvagem da padronização bolchevista ou capitalista, mas é estranho que alguns de nós tenham sanidade, ainda que fugaz, enquanto outros sigam em frente presos, eternamente, ao agigantamento sem liberdade e ao progresso sem esperança". Dentro desta ótica, muitos vêem a natureza, somente como um monte de recursos para consumo humano, ou "chauvinisticamente" como seu patrimônio intelectual; outros a tem como tema da moda.

Karl Marx disse: "Os recursos naturais são as condições da produção e são invariáveis". Crasso erro, como veremos adiante.

Em nossa evolução, a primeira revolução planetária se dá com o homem deixando de ser nômade, para ser sedentário (como são sábios nossos indígenas amazônicos, dada a fragilidade — saúde — de seu habitat). A segunda transformação é a revolução industrial. Quando o homem deixa os campos para ir trabalhar nas fábricas, aqui irão

exponenciar-se os problemas da poluição do ambiente e da saúde. Os gases nojentos das fábricas começaram a matar a natureza. Friedrich Engels diz: "Cruzando um rio, perto do afluente de uma fábrica, sobre uma ponte, vi a mais repugnante poça de lama de cujo fundo borbulhavam constantemente gases miasmáticos que vinham à superfície e tinham um fedor insuportável".

Com o crescimento do industrialismo, homem e natureza — ou saúde e ecologia — foram subjugados pela tecnologia, e por ela tratados subjetivamente, que, na época, usava um álbi pseudo-científico, conhecido como o Credo Baconiano, que reza: "O conhecimento científico é poder tecnológico sobre a natureza". Sob a égide deste pensamento é que se transmutou o capitalismo comercial em capitalismo industrial. Dentro do paradigma industrial, encontraremos desequilíbrios a serem definidos. Thomas Kuhn, no livro *A Estrutura das Revoluções Científicas*, diz: "A ciência normal consiste, principalmente, na resolução de charadas e no refinamento de modelos que se encaixam no paradigma compartilhado por todos os cientistas de uma determinada disciplina. Ainda mais, os estudantes da ciência são ensinados a aceitar o paradigma prevalecendo e, assim, seus trabalhos aderirão às mesmas regras, modelos e padrões assegurando, desta maneira, a construção cumulativa do conhecimento.

Assim, como só temos consciência da lente de nosso óculos, após termos problemas em enxergar claramente, também somos inconscientes do paradigma até que a claridade do pensamento científico se torne deformada pela anomalia. Mesmo sob pressão de fatos que não parecem se encaixar, os paradigmas não são facilmente abandonados. Se o fossem, não haveria coesão e a coerência necessárias para a formação de uma comunidade científica. Muitas anomalias são resolvidas dentro do paradigma e precisam ser, a fim de que o paradigma comande a fidelidade dos cientistas. Abandonar um paradigma em favor de outro é mudar a base inteira da comunidade intelectual entre os cientistas de uma disciplina. Por esta razão, Kuhn denomina tais mudanças de revoluções científicas. Descontínuo em relação ao anterior, um novo paradigma deve, primeiro, basear-se em seus próprios critérios para justificar-se, pois, muitas das questões que surgem e muitas das respostas que podem ser encontradas estão, provavelmente, ausentes no paradigma anterior. Até o mesmo debate racional entre os defensores de diferentes paradigmas é, normalmente, limitado; pois, "os proponentes de dois

paradigmas podem não concordar sobre o que é um problema e o que é uma solução..."

Existem hoje no planeta duas formas de sistema sócio-econômico: o capitalismo privado e o capitalismo de estado. Não há uma terceira opção! Ambos os sistemas se defrontam para crescer e aniquilar o antagonista, estão preparados tanto para o confronto planetário, que o equilíbrio impede, como para as escaramuças tipo Vietnã, Afeganistão, Líbano, Nicarágua, Líbia, que a pesquisa bélica estimula para seus testes.

O paradigma científico industrial transformou o bem *saúde/ambiente* em subjetivo e os industriais do hemisfério norte transformaram o resto do mundo em fornecedores de matéria-prima, e, ao mesmo tempo, mercado para os produtos manufacturados. Do livro *Ecologia para Principiantes*, de Croall e Rankin (1981), extraímos: "Em 1700 a capital de Bengala era rica, a agricultura diversificada e a economia próspera, o mesmo ocorria em toda a Índia, onde não havia miséria nem desajustes sociais, a cultura florescia exuberante. Um marinheiro comparou a capital de Bengala a Londres. Após cem anos de colonização britânica, um marinheiro francês descreveu sobre a Índia: 'A terra está arrasada, pela erosão, vêm-se desertos por toda parte por causa da monocultura do algodão, a miséria avassala, mendigos esmolam pelas ruas, a decadência é total...'

Colonização/destruição da saúde/ambiente

Esta devastação individual, comunitária, social é fruto do imperialismo. Do ponto de vista higiênico-sanitário, podemos definir o imperialismo como a "transfusão do sangue de uma sociedade dominada para a sociedade dominadora". É, portanto, óbvio que o imperialismo necessita que haja um desenvolvimento dependente na nação espalhada, que subsidie os custos de suas pesquisas tecnológicas da sede do império, como por exemplo: Plano Marshall, Aliança para o Progresso, Revolução Verde, Programa de Ajuda para o Desenvolvimento, Plano de Transferência Tecnológica etc., assim, quando um regionalista imperializado fala nas necessidades de industrialização neste ou naquele setor e é contestado pelo ambientalista, ou melhor, pelo sanitarista da natureza, vemos dois monólogos que não formam um diálogo.

Marx enunciou: "A produção capitalista interrompe a circulação da matéria e o solo e impede que seja restituí-

do a este, os seus elementos". Cientificamente, Justus Von Liebig comprovou isto, mas o paradigma industrial impede que seja colocado ao alcance da agronomia, da agricultura e da economia. As conseqüências de uma economia submetida a interesses imperialistas dará origem à desnutrição/decadência da sociedade (população e recursos naturais). Quando o desequilíbrio aparece, como vem ocorrendo ultimamente no nosso país, surgem ou ressurgem epidemias há tanto erradicadas, como é o caso da febre amarela, da dengue, da malária, esquistossomose e da tripanosomíase etc., mergulhando o Brasil numa verdadeira época "medieval européia" em pleno século 21, que está por chegar.

Despertar para saúde/ambiente

Parece que saímos do "buraco negro" e avistamos, na imensidão do Universo, uma "estrela nova" que nasce, como um brilho fugaz, uma esperança.

Na Europa, trabalhadores comunistas poloneses resolvem fundar um sin-

dicato livre (Solidariedade); na Alemanha Ocidental, os dissidentes do industrialismo fundam um partido político e sacodem também a democracia do estado industrial; na França socialista o governo comete um ato de terrorismo contra um barco de uma entidade pacifista internacional "Green's Peace" matando um trabalhador; na Alemanha Oriental, Rudolf Bahro escreve um livro de Ecologia, é preso e, posteriormente, é vendido aos alemães ocidentais. Diante disto, podemos dizer que *ambiente-saúde (equilíbrio) é o que falta ao mundo.*

Brasil ambiente

Em nosso país, nos primórdios do modernismo literário, se disse: "muita saúva (formiga carregadeira) e pouca saúde os males do Brasil são". Muito formicida foi usado de balde. Poucos entenderam que saúva era uma referência à corrupção!

Hoje, nosso país possui uma reserva de mercado na área de Informática, protegendo computadores de 500 mil "bytes" enquanto que 30 milhões de

computadores de 500 trilhões de "bytes" (cérebro) perambulam pelas ruas desnutridos, abandonados, sem futuro, sem reserva de mercado, uma verdadeira ironia! Recentemente, durante um debate técnico, uma acadêmica do curso de nutrição lançou a pergunta: "A quem pode interessar uma criança bem nutrida?"

Brasil saúde

O desequilíbrio traz a doença nacional, que para ser eliminada necessita do remédio *Assembléia Constituinte*, e não *Congresso Constituinte*, pois a diferença entre ambos está que o primeiro é formulado com "meios de contenção democrática do capital multinacional", sinergizado com uma reforma agrária ampla e total, para termos saúde e ambiente na plenitude de seus conceitos.

Sebastião Pinheiro integra a Associação Gaúcha de Proteção Ambiental (Agapan) e trabalha no Ministério da Agricultura.



LANÇAMENTOS DO CEDI

Pai nosso (Rubem Alves) - Co-edição com Edições Paulinas. Cz\$ 110,00

Um enfoque poético-teológico da figura do Pai. "O pai de olhos mansos só existe em nós como uma nostalgia, uma saudade, uma tristeza. Mansidão precisa voltar. E sabemos que ela é a dádiva de um olhar. E é por isto que Jesus nos ensinou a orar, chamando de volta o olhar manso, aquele que nos fará sorrir de novo: Pai nosso..."

Trabalhadores urbanos no Brasil/82-84, Aconteceu Especial 16, Cz\$ 70,00.

Levantamento dos principais fatos que marcaram a vida dos trabalhadores urbanos no Brasil, no período que abrange três anos: 1982, 1983 e 1984. Traz análises das conjunturas econômica, po-

lítica e sindical e um levantamento, na imprensa sindical e diária, dos principais acontecimentos de cada categoria profissional dos trabalhadores urbanos.

O caminho da escola — luta popular pela escola pública, Cadernos do CEDI 15, Cz\$ 50,00

Periferia: desafio à unidade, Cadernos do CEDI 16, Cz\$ 50,00

Dois novos lançamentos da série Cadernos do CEDI. O primeiro trata das lutas dos movimentos populares da Zona Leste da cidade de São Paulo pelo direito à educação. O segundo registra a experiência das igrejas Metodista, Episcopal e IECLB (luterana) na implantação de uma Pastoral Ecumênica de Periferia, no sul do país.

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI — Av. Higienópolis, 983 — CEP 01238 — São Paulo — SP